



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000829-56.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de Protesto**
 Requerente: **José Adriano Paulino dos Santos**
 Requerido: **Majorca Administradora de Bens e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor se volta contra sua inscrição perante órgãos de proteção ao crédito e protestos de títulos relativos a ele, alegando que não manteve qualquer relação comercial que os justificasse, nada devendo aos réus.

Almeja ao cancelamento das medidas mencionadas, bem como ao ressarcimento dos danos morais delas decorrentes.

A preliminar de ilegitimidade *ad causam* suscitada pelo réu **BANCO DO BRASIL S/A** merece acolhimento.

É incontroverso, na esteira dos documentos de fls. 14/15, que ele encaminhou os títulos a protesto porque foram objeto de endosso mandato em seu favor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A propósito do assunto, a responsabilidade do endossatário mandatário rege-se pelo que dispõe a súmula 462/STJ, verbis: "*O endossatário de título de crédito por endosso-mandato só responde por danos decorrentes de protesto indevido se extrapolar os poderes de mandatário*".

Vê-se, assim, que ficou consolidado o entendimento no sentido de que a responsabilização da instituição financeira, na qualidade de endossatária mandatária para cobrança de títulos de crédito, é excepcional, e não a regra.

A exceção fica cristalizada na conduta culposa do endossatário, hipótese que enseja a responsabilização solidária deste e do sacador do título perante a parte prejudicada pelo protesto indevido.

No caso dos autos, não reputo presente dado concreto que denote que o réu **BANCO DO BRASIL S/A** tenha obrado culposamente ou que tenha de algum modo exorbitado os poderes que lhe foram outorgados pela corré.

Nada de objetivo foi amealhado a esse respeito, cumprindo destacar que as partes não tiveram interesse no alargamento da dilação probatória.

Dessa maneira, inexistente respaldo para embasar a responsabilização do réu pelo episódio trazido à colação.

No mais, entendo que a pretensão deduzida prospera em parte.

Os protestos em pauta concernem a duplicatas emitidas pela ré **MAJORCA ADMINISTRADORA DE BENS**, como se vê a fls. 14/15.

Em momento algum, porém, ficou delineado algum vínculo jurídico entre ela e o autor que permitisse o saque de quaisquer duplicatas.

Na verdade, a ré assinalou a fl. 53, terceiro parágrafo, que tudo teve início na compra de uma motocicleta pelo autor, mas até mesmo pela natureza da atividade que desempenha (fl. 88) não é crível que tivesse participado de transação dessa ordem.

Muito embora se reconheça que a pessoa que responde por ela, Sérgio Leite de Souza (fl. 88), igualmente tem ligação com o comércio de veículos, tanto que emitiu o recibo de fl. 09, tal circunstância não lhe permitiria a emissão de títulos e muito menos o seu protesto.

A distinção entre as empresas é evidente, de sorte que uma não poderia imiscuir-se em negócios da outra, substituindo-a.

Como se não bastasse, e ainda que outro fosse o entendimento sobre a matéria posta, reputo que a ré não se desincumbiu do ônus de comprovar a existência de dívida por parte do autor que legitimasse os atos questionados.

Os documentos de fls. 09/12 denotam que o autor saldou integralmente a dívida que contraiu para comprar uma motocicleta, não tendo a ré ofertado elementos consistentes que apontassem para sentido contrário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Assim, sob qualquer ângulo de análise a conclusão será a mesma, vale dizer, que houve irregularidade na negativação do autor e nos protestos lançados em seu desfavor.

É o que basta para a configuração dos danos morais passíveis de ressarcimento, consoante pacífica jurisprudência:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel. Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**), aplicando-se ao protesto indevido o mesmo entendimento por sua similitude com a inserção junto a órgãos de proteção ao crédito.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transpõe excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes (não há sequer um indício a respeito da condição da ré a esse respeito) e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Isto posto, julgo extinto o processo sem julgamento de mérito em face do réu **BANCO DO BRASIL S/A**, com fundamento no art. 485, inc. VI, do Código de Processo Civil, e no mais **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para tornar definitiva a decisão de fl. 16, item 1, e para condenar a ré **MAJORCA ADMINISTRADORA DE BENS** a pagar ao autor a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 13 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**